

Risco, Retorno e o Moro

Carlos Honorato, novembro de 2015.

Existe uma relação muito antiga entre risco e retorno nas atividades empresariais. Os negócios mais arriscados, no sentido de não garantir retorno financeiro, normalmente, quando acontecia o que se esperava, gerava um retorno maior. Atividades do setor industrial, por exemplo, normalmente remuneram menos, em termos percentuais, do que o setor de serviços, que em tese, são mais arriscados pois, entre outras coisas, precisam “fabricar seu produto organizacional” na presença do seu usuário ou consumidor final. O que descaracteriza um pouco essa relação entre risco e retorno é a situação monopolista em que apenas uma organização é responsável pela “fabricação” de um determinado produto ou serviço. O monopólio pode gerar o que se chama de “ganhos monopolistas” que são ganhos adicionais auferidos em função da não existência da concorrência. O monopólio, dessa forma, pode oportunizar retornos maiores ao mesmo tempo em que pode reduzir riscos, na medida em que não existe outra organização que possa retirar-lhe os seus consumidores – usuários.

O setor público, em diferentes áreas, torna-se monopolista ou quase monopolista em áreas que por força de lei ou trajetória institucional são para ela reservadas. Exemplo disso são, por exemplo, a saúde e a segurança. A segurança, mesmo no chamado Estado Mínimo, é obrigação do Estado, pois Estado que não a garante perde a sua razão de existir. A saúde, que em muitos lugares é objeto da ação conjunta da iniciativa pública e a iniciativa privada, no Brasil, por força de lei, é obrigação do Estado, embora haja organizações e cooperativas não estatais.

O que se tem assistido neste início de século XXI é que o Estado vem gerenciando de forma cada vez mais deficiente as suas obrigações constitucionais, fazendo com que tanto a saúde como a segurança, para usar os exemplos já citados, se transformem em verdadeiras “tragédias”. A questão que coloca é: será que essa má gestão é função da falta de investimento em função da sua posição monopolista garantida por lei? Que bom seria se fosse possível dizer sim, pois, desta forma, a solução seria simples. O problema é que a questão é bem mais complicada, se não vejamos: teoricamente não faltam recursos, pois a carga tributária é, no mínimo, gigantesca; a tecnologia disponível, ao menos na saúde, é comparável ao chamado primeiro mundo; formação técnica, embora a educação nacional seja um caos, é suficiente; ... então “onde está o problema?”

A resposta a esta questão possivelmente inicia com o esgotamento do modelo monopolista estatal que reduziu de forma drástica a necessidade de eficiência do modelo e de suas organizações e o desvio institucionalizado do retorno das mesmas. As classes burocráticas e políticas avançaram com uma voracidade inimaginável sobre os resultados das organizações públicas de forma a contaminar toda a sociedade que, hoje, acha natural associar “negócios do Estado” com “negócios desonestos”. Empreiteiras e funcionários públicos, tanto burocráticos como políticos, ao regulamentar informalmente a “cleptocracia” praticamente eliminaram o risco das suas operações, ao mesmo tempo em que maximizaram os seus retornos empresariais e pessoais. O que não contaram é com a sobrevivência da velha e clássica relação risco-retorno. Não se deram conta que ao gerarem retornos financeiros estratosféricos e desfrutarem a vida de forma principesca estavam na verdade “correndo um risco não calculado”. Para que as coisas possam melhorar um pouco o que se pode esperar, hoje, é “vida longa para o juiz Moro”!